



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

III LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1984-1985)

### COMISSÃO PERMANENTE

#### ACTA DA REUNIÃO DE 17 DE OUTUBRO DE 1985

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. Fernando Monteiro do Amaral

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Leonel de Sousa Fadigas

Jaime Adalberto Simões Ramos

Jorge Manuel Abreu de Lemos

Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 16 horas e 20 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

Fernando Monteiro do Amaral (PSD).  
José Manuel Niza Antunes Mendes (PS).  
Manuel Pereira (PSD).  
José Rodrigues Vitoriano (PCP).  
Leonel de Sousa Fadigas (PS).  
Jaime Adalberto Simões Ramos (PSD).  
Jorge Manuel Abreu de Lemos (PCP).  
Manuel António de A. e Vasconcelos (CDS).  
Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia (PS).  
Frederico Augusto Hädel de Oliveira (PS).  
António da Costa (PS).  
António Manuel Azevedo Gomes (PS).  
Maria Helena N. Santos V. Rosa (PS).  
Silvino Manuel Gomes Sequeira (PS).  
Victor Hugo de Jesus Sequeira (PS).  
Luís Silvério Gonçalves Saias (PS).  
António d'Orey Capucho (PSD).  
Fernando Cardoso Ferreira (PSD).  
João Luís Malato Correia (PSD).  
Amélia Cavaleiro Monteiro de Azevedo (PSD).  
João Maurício Fernando Salgueiro (PSD).  
Carlos Miguel Coelho (PSD).  
Carlos Alfredo de Brito (PCP).  
Jerónimo Carvalho de Sousa (PCP).  
João António Gonçalves do Amaral (PCP).  
José Augusto Gama (CDS).  
Henrique Manuel Soares Cruz (CDS).

João Corregedor da Fonseca (MDP).  
António Poppe Lopes Cardoso (UEDS).  
Joaquim Jorge Magalhães Mota (ASDI).

#### ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, iniciando o período de antes da ordem do dia, vai ler-se o expediente.

*Deu-se conta do seguinte:*

#### Expediente

##### Cartas

De Waldemar Fernandes, que remete fotocópia de uma exposição dirigida ao Sr. Ministro do Mar.

##### Ofícios

N.º 431, de 11 de Setembro de 1985, da Assembleia Distrital de Beja, que envia fotocópia da moção aprovada em 3 de Setembro de 1985.

N.º 3803, de 16 de Setembro de 1985, da Câmara Municipal de Alcanena, que remete cópia de uma proposta aprovada pelo órgão executivo daquele município em 9 de Setembro de 1985, na sequência do incêndio ocorrido em Armamar.

N.º 106/85, de 3 de Setembro de 1985, da Comissão Central de Trabalhadores da Rodoviária Nacional, que remete uma declaração de voto do representante dos trabalhadores na comissão de fiscalização daquela empresa, que consubstancia com lucidez muitos dos problemas que preocupam os trabalhadores.

N.º 1228, de 11 de Setembro de 1985, da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — IN, que

refere a inconstitucionalidade de alguns artigos do Decreto-Lei n.º 325/85, que regulamenta a participação sindical no Conselho Nacional da Indústria.

N.º 758, de 18 de Setembro de 1985, da Federação dos Sindicatos da Metalúrgica Metalomecânica e Minas de Portugal, que envia uma resolução aprovada pelos delegados sindicais daquele sector, nas várias reuniões efectuadas entre 11 e 13 de Setembro de 1985.

N.º 42, de 20 de Setembro de 1985, da Assembleia Municipal de Loures, que remete uma moção aprovada em reunião de 19 de Setembro de 1985.

N.º 4443, de 26 de Setembro de 1985, da Junta de Freguesia de Odivelas, que remete cópia do ofício dirigido ao Sr. Director dos Serviços da Hidráulica do Tejo.

### Exposições

Da Comissão de Moradores do Zambujal, com elevado número de assinaturas, reclamando da existência de uma vacaria no centro do bairro, pondo em risco a saúde pública naquela localidade.

Fotocópia de uma exposição que as mulheres do caso FP 25, detidas no estabelecimento prisional de Lisboa, dirigiram a várias entidades, com a qual pretendem demonstrar algumas ilegalidades e arbitrariedades praticadas pelo juiz Almeida Cruz, instrutor do processo.

Subscrita por uma comissão de familiares dos presos do chamado caso FP 25, na qual pretendem denunciar o facto de terem sido impedidos da visita normal ao estabelecimento prisional onde se encontram detidos os seus familiares e apelam para que seja re-posta a legalidade.

Dos terceiros oficiais da Câmara Municipal de Coimbra, solicitando a melhor atenção para a resolução dos seus problemas.

### Telegramas

Da Câmara Municipal do Entroncamento, que diz estar apreensiva com a degradação permanente das florestas e apela para que sejam tomadas medidas rigorosas a fim de travar este flagelo nacional.

Do STIEM, que se refere à tragédia ferroviária que enlutou o País, esperando agora que os órgãos do poder tomem as providências reais e concretas sobre o auxílio a dar aos infortunados.

Da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses, que manifesta profunda preocupação face às consequências sobre a atitude do Ministério do Trabalho, respeitante ao regulamento de carreiras, e solicita audiência urgente.

Da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses, que manifesta a sua profunda preocupação pelo facto de o Governo avançar com o contrato do programa da CP sem atender às alterações propostas pela comissão de trabalhadores e solicita audiência urgente.

### Telex

Do Conselho Geral dos Trabalhadores da LISNAVE, que manifesta o seu desagrado quanto ao procedimento da administração da empresa, que teima em levar até ao fim o despedimento colectivo dos trabalhadores.

Enviado pela filha de Amílcar Freire, no qual solicita para interceder junto do Presidente da República Popular de Angola, no sentido de ser comutada a pena de morte de seu pai e de outros angolanos.

Da Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira, que transcreve a moção aprovada em 18 de Setembro de 1985, reclamando o pleno e oportuno funcionamento das instituições democráticas, com vista à marcação das eleições autárquicas para Dezembro próximo.

Do Secretariado das UCP de Montemor-o-Novo, que denunciam ter a GNR montado uma acção de provocação contra os trabalhadores da UCP Cravo Vermelho, tendo espancado alguns trabalhadores, e pede para que sejam tomadas medidas imediatas.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estão em aprovação os n.ºs 101, 102, 103, 104, 105, 106 e 107 do *Diário*, respeitantes às reuniões plenárias dos dias 3, 4, 5, 8, 9, 10 e 11 de Julho último.

Se não houver qualquer objecção, darei por aprovados os respectivos *Diários*.

*Pausa.*

Srs. Deputados, como não há objecções, os *Diários* estão aprovados.

Srs. Deputados, levo ao vosso conhecimento que existe um parecer da Assessoria Jurídica sobre o diploma da Lei Quadro dos Municípios. Por tal motivo, importava que a Comissão de Administração Interna e Poder Local reunisse. Esta Comissão deseja fazê-lo no dia 23, para dar o retoque final e a aprovação deste diploma da Lei Quadro dos Municípios.

Se não houver qualquer objecção, fica convocada a referida Comissão, através do seu presidente, para se debruçar sobre esta questão.

Srs. Deputados, como não há objecções, assim se fará.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. **Carlos Brito** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A preparação da abertura da sessão legislativa de que nos ocuparemos no período da Ordem do Dia tem este ano um significado especial, pois trata-se de preparar a abertura dos trabalhos da nova Assembleia na composição que resultou do acto eleitoral de 6 de Outubro e que é substancialmente diferente da que em breve terminará o mandato.

Ao contrário do que teimosamente afirmavam os que se opunham às eleições antecipadas, estas não só não deixaram tudo na mesma como produziram uma profunda alteração do quadro parlamentar.

Compreende-se que deixemos para a nova Assembleia as conclusões que o meu partido retira desta circunstância e a leitura que faz do conjunto dos resultados eleitorais.

Mas porque nos parece um tanto absurdo reunirmos depois das eleições, procedendo como se nada tivesse acontecido, julgamos adequado deixar aqui um juízo muito geral sobre o seu significado.

O meu partido concluiu sem nenhuma hesitação que, apesar da diminuição de votos e deputados da APU, os resultados das eleições de 6 de Outubro, globalmente considerados, são favoráveis ao reforço do regime democrático.

A nosso ver, o resultado das eleições traduz a condenação da política de direita, especialmente da seguida

pelo último governo, o governo demitido de Mário Soares. Além disso, e apesar do seu carácter aparentemente contraditório, o resultado das eleições tornou muito mais difícil o prosseguimento da política de direita e das fórmulas governativas que asseguravam a sua realização.

Uma das consequências evidentes do novo quadro político resultante das eleições é o reforço do papel da Assembleia da República no contexto dos órgãos do poder político. Tudo se passa como se o eleitorado tivesse caprichado, não produzindo nenhuma maioria política, em replicar àqueles que nos últimos anos, com destaque para a famigerada «maior maioria de sempre», têm trabalhado para secundarizar e apoucar o papel da Assembleia da República e promover a sua governamentalização.

O meu grupo parlamentar, no conjunto das iniciativas que está a preparar para a abertura da sessão legislativa, vai dedicar uma atenção muito especial às iniciativas que contribuam para reforçar o papel da Assembleia da República e para a reposição da plena democraticidade do seu funcionamento.

Não temos ilusões que se tenham desvanecido as concepções e as posições daqueles que, a pretexto da eficácia, não hesitaram em adoptar disposições para amordaçar o debate parlamentar e reduzir as condições de iniciativa das oposições, apesar de a experiência ter demonstrado que a vigência do chamado «novo Regimento» foi dos períodos de maior marasmo e de menor eficácia de toda a história da Assembleia da República.

**Vozes do PCP: — Muito bem!**

**O Orador: —** As condições passam a ser, de ora avante, mais adversas para os que têm tais propósitos do que foram no passado recente.

Não temos ilusões também que as forças comprometidas na desastrosa política dos últimos 9 anos tentarão reeditá-la e continuá-la e procurarão pôr de pé soluções governativas de provada incapacidade e de acrescida inconsistência e instabilidade. Umas e outras terão de ora avante um quadro mais adverso e podem contar, como já anunciámos, com a nossa inabalável e firme oposição.

Falando de acção governativa, não podemos deixar de salientar que o governo demitido, PS/PSD, manifesta até às derradeiras horas tanto a sua prepotência e desrespeito pela legalidade nos novos ataques à Reforma Agrária, como a sua irresponsabilidade e incompetência na abertura do ano escolar.

Na zona da Reforma Agrária, depois de uma certa acalmia que lhe foi imposta durante o período da campanha eleitoral, o Ministério da Agricultura, da responsabilidade do PSD, apressa-se a retomar a guerra contra as UCP/cooperativas, com a entrega de suspeitíssimas e irregularíssimas reservas, visando liquidar algumas cooperativas, lançando a instabilidade em todas as outras e desmotivando os planos de sementeiras e produção, mas não se preocupa minimamente em dar cumprimento a centenas de acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, repondo a legalidade no sector. Isto é, o Ministério da Agricultura quer satisfazer até ao fim a factura dos agrários, mas não se preocupa em ter as contas limpas com a justiça e as instituições. É a política de direita!

No que se refere à abertura do ano escolar, pode dizer-se que, ao contrário do que nos foi aqui assegurado na reunião da Comissão Permanente de 13 de Setembro por uma voz da bancada do PS, ela está a ser um verdadeiro pandemónio, em larga medida resultante da incapacidade da equipa do Ministério da Educação, da responsabilidade do PSD. Os factos constituem um libelo irresponsável:

Repetem-se concursos para a colocação de professores (envolvendo cerca de 25 mil) sucessivamente anulados, por comportarem graves erros e irregularidades, sendo que o último, o terceiro, ao que parece, padece das mesmas anomalias; Muitas escolas não abriram na data prevista pelo Ministério e continuam com graves dificuldades de funcionamento;

Nos grandes centros urbanos as escolas atingem os 200 % de sobreocupação;

As promessas feitas em Maio pelo Ministro João de Deus Pinheiro, de construção de mais 90 escolas para entrarem em funcionamento no início do ano lectivo, são em larga medida um falhanço, pois criaram-se menos de 50 % e em certos casos, ao que parece, apenas por mudança de nome das existentes;

As obras começaram, na generalidade dos casos, nos últimos dias de Setembro, o que significa que as escolas estão fechadas, as férias foram totalmente desaproveitadas.

Em síntese, segundo cálculos do Sindicato dos Professores da Zona Sul, 31 059 alunos estão sem aulas apenas nas zonas de Lisboa e Setúbal.

Dois exemplos apenas da política que nos tem des governado desde há 9 anos e que foi exuberantemente condenada nas urnas. Haja a coragem de inverter o curso da política nacional, como quer o eleitorado, dizendo não às fórmulas governativas e às orientações que nos conduziram à situação desastrosa em que nos encontramos. As condições são hoje mais favoráveis para que assim aconteça. Regozijamo-nos por isso.

**Vozes do PCP: — Muito bem!**

**O Sr. Presidente: —** Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, o Sr. Deputado Secretário vai ler o relatório e parecer da Subcomissão Permanente, referente a suspensões de mandatos de alguns Srs. Deputados e respectivas substituições.

**O Sr. Secretário (Leonel Fadigas): —** O relatório e parecer da Subcomissão Permanente é do seguinte teor:

Em reunião realizada no dia 17 de Outubro de 1985, pelas 15 horas e 30 minutos, foram apreciadas as seguintes substituições de deputados:

Solicitada pelo Partido Socialista:

José Narciso Rodrigues Miranda (círculo eleitoral do Porto) por Manuel Fontes Orvalho. Esta substituição é pedida ao abrigo da Lei n.º 1/82, a partir do passado dia 7 de Outubro corrente, inclusive.

Solicitada pelo Partido do Centro Democrático Social:

João António de Moraes Leitão (círculo eleitoral de Lisboa) por António Filipe Vieira Neiva Correia. Esta substituição é pedida a partir do passado dia 2 de Outubro corrente, até à verificação de poderes dos novos deputados à Assembleia da República.

Analizados os documentos pertinentes de que a Subcomissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência da respectiva lista eleitoral apresentada a sufrágio pelo aludido partido no concernente círculo eleitoral.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente, a Subcomissão entende proferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

A Subcomissão da Comissão Permanente: *Leonel Fardigas — Jaime Ramos — Jorge Lemos — Manuel de Almeida Vasconcelos.*

#### ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, entramos agora no período da ordem do dia e o primeiro tema a tratar é referente ao assentimento a dar à deslocação de Sua Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente da República aos Estados Unidos da América, de 21 a 25 do mês corrente, em viagem de carácter oficial, a fim de participar na Sessão Comemorativa do 40.º Aniversário da Organização das Nações Unidas.

A deliberação terá de ser tomada, nos termos do artigo 268.º do Regimento, sob a forma de resolução.

Algum dos Srs. Deputados pretende pronunciar-se sobre esta matéria?

*Pausa.*

Srs. Deputados, vou então pôr a resolução à votação, nos termos atrás referidos.

*Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos agora um outro tema referente à preparação, nos termos da alínea d) do artigo 182.º da Constituição da República, da abertura da sessão legislativa da nova legislatura.

Como sabem, a primeira reunião da sessão legislativa vai ter lugar, por direito próprio de todos os Srs. Deputados, que reunirão sem convocação, no terceiro dia após a publicação dos resultados eleitorais. Fui informado de que esses resultados deverão demorar cerca de 15 a 20 dias, a contar de anteontem, dia em que recebi essa informação.

Portanto, na melhor das hipóteses, podemos supor que demorarão 13 dias. Após a sua publicação, os Srs. Deputados eleitos terão de reunir no Plenário para a primeira reunião. Nessa reunião será indicado por cada um dos partidos, e segundo o peso de cada um

deles em termos de representação eleitoral, o nome dos deputados, de maneira a formar-se uma comissão para verificação de poderes. Essa comissão será constituída pelos partidos, na proporção de, se não estou em erro, 8, 5, 4, 3, 2 e 1, respectivamente, para o PSD, PS, PRD, PCP, CDS e MDP/CDE.

Pedia-lhes, desde já, que pensassem bem nos nomes a designar para a referida comissão, que é uma comissão *ad hoc* para a verificação de poderes.

Em segundo lugar, importa saber quem deve presidir a essa primeira reunião, se o Presidente cessante, se o deputado mais velho.

Segundo o Regimento, e segundo o meu critério, deveria ser indicado o deputado mais velho.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. **João Amaral** (PCP): — Sr. Presidente, a praxe que tem sido seguida desde o início de todas as legislaturas tem sido a de alguém do partido mais votado propor que o Presidente em exercício e os restantes membros da Mesa sejam reconduzidos (ou assumam a direcção da Assembleia da República) até à eleição da nova Mesa.

Tem sido, portanto, esta a praxe adoptada.

Aliás, foi aquela que foi cumprida em 1983, invocando-se precedentes anteriores.

O Sr. **Presidente**: — Sei que tem sido essa a praxe adoptada, mas entendo que, regimentalmente, deveria ser o deputado mais velho.

Se não houver objecções quanto aquilo que foi referido e definido pelo Sr. Deputado João Amaral, peço, então, ao PSD que tome isso em consideração para que na primeira reunião faça essa proposta.

Fiz-me compreender, Sr. Deputado António Capucho?

O Sr. **António Capucho** (PSD): — Sr. Presidente, tinha ideia de fazer essa proposta, embora possa vir a repeti-la na primeira reunião do Plenário, isto é, de que iremos propor que a Mesa seja reconduzida até à nova eleição.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, V. Ex.<sup>a</sup> terá de fazer essa proposta no Plenário.

Assim, o primeiro tema dos nossos trabalhos está resolvido. Não é verdade, Sr. Deputado António Capucho?

O Sr. **António Capucho** (PSD): — É sim, Sr. Presidente!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos agora entrar na apreciação da segunda questão.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. **João Amaral** (PCP): — Sr. Presidente, suponho que há uma questão que terá de ser resolvida previamente.

Compreendo que o Sr. Presidente diga que a nova Assembleia da República, por força de disposições constitucionais e legais, terá de se reunir no terceiro dia posterior à publicação dos resultados. Só que esse terceiro dia começa às 0 horas e termina às 24 horas. Portanto, dificilmente poderemos fugir à questão prática de marcar uma hora, problema esse que poderá ser resolvido na última reunião desta legislatura.

Na legislatura que está agora a terminar, a Assembleia da República foi convocada para as 11 horas, interrompeu os seus trabalhos quando o Partido Socialista apresentou uma proposta relativa à Mesa, constituiu a Comissão de Verificação de Poderes e retomou os seus trabalhos às 15 horas e 30 minutos.

Suponho que este é um esquema razoável e que se pode adoptar ao momento presente. Assim, poderemos considerar que, saído o *Diário da República* que contém o mapa dos resultados, o Sr. Presidente providenciará para que todos os Srs. Deputados sejam convocados para as 11 horas, com a indicação expressa — que pode ser aqui já estabelecida — de que a Comissão de Verificação de Poderes funciona a partir dessa hora e que o Plenário começará os seus trabalhos às 15 horas e 30 minutos para apreciar o relatório da Comissão.

Uma outra questão que queria colocar diz respeito à composição da Comissão de Verificação de Poderes.

Suponho que estamos face a uma situação que, apesar de tudo, é inédita. Até agora era relativamente fácil para a Comissão Permanente deliberar sobre a constituição da Comissão de Verificação de Poderes, já que os partidos que têm integrado as sucessivas Assembleias têm sido os mesmos que faziam parte das anteriores. Agora estamos face a uma situação diferente.

Considero que a proposta que o Sr. Presidente fez é uma base de trabalho. No entanto, o que é difícil é considerar que essa proposta possa ser definida num quadro em que uma outra força política, ainda não presente, não participa. Suponho, Sr. Presidente, que, dada a existência de fórmulas informais de trabalho, seria bom que a proposta, ao ser apresentada na Comissão Permanente, viesse já suficientemente amadurecida por todas as forças interessadas.

Estou de acordo com a linha de orientação que definiu, mas parece-me que para ser votada, e para que não se comece a nova sessão legislativa com um recurso, tornar-se-ia necessário que ela tivesse o mínimo de consideração por parte de todas as forças políticas.

Quando terminar esta Comissão Permanente vai haver uma reunião informal e bom seria que ela desse o seu contributo para a resolução deste problema.

Como os trabalhos de apuramento ainda vão durar mais alguns dias, esta Comissão Permanente poderia voltar a reunir-se para deliberar, se for caso disso, sobre esta matéria.

Finalmente, Sr. Presidente, seria bom definir o *timing* de eleição da nova Mesa. É que nós estamos confrontados com a seguinte situação: a primeira reunião é para verificação de poderes e a segunda reunião, que terá de decorrer 2 ou 3 dias depois — depende do prazo que fixarmos para apresentação de candidaturas —, deve ser para a eleição da Mesa.

Podíamos definir, embora em abstracto, que o terceiro dia após a publicação dos resultados seja para verificação de poderes, o segundo ou terceiro dia posterior à reunião sobre verificação de poderes para a eleição da Mesa. Isto tem alguma importância, porque, como nos termos regimentais a apresentação de candidaturas deve ser feita com 2 dias de antecedência, temos de definir, antes da primeira reunião, se as candidaturas têm de ser apresentadas até ao termo da primeira reunião ou se podem ser apresentadas até ao dia seguinte, sendo certo que isso tem efeitos sobre a reunião seguinte. De acordo com esta decisão, a reunião efectuar-se-á 2 ou 3 dias depois.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

**O Sr. Lopes Cardoso (UEDS):** — Sr. Presidente, entendendo que a Comissão Permanente não pode nem deve deliberar sobre a Comissão de Verificação de Poderes. Isso é da competência dos novos deputados e nós não estamos aqui a decidir em nome deles. São eles que o fazem e nem sequer são as direcções partidárias que, no rigor das questões, decidem. Isso é um problema de contrato entre os deputados e as direcções partidárias, ao qual nós temos de ser alheios.

Assim, a solução só pode ser uma: na primeira reunião da nova Assembleia da República ser apresentada uma proposta relativa à constituição da Comissão de Verificação de Poderes e, aprovada essa proposta, indicar quem a deve compor e votá-la.

Não podemos sobrepor-nos, já que nós não somos a nova Assembleia da República, embora a maioria dos que aqui estão presentes venham nela a tomar assento. Não fiz contas e, portanto, não sei se assim é, mas ainda que fossem todós era formalmente incorrecto que assim acontecesse. Isto não significa, porém, que o Sr. Presidente não faça as diligências necessárias para que no primeiro dia de reunião da nova Assembleia da República haja já uma situação de consenso e que, apresentada uma proposta, ela seja imediatamente aprovada. Mas há aspectos que podem parecer aparentemente formais — embora sejam mais que isso — e que têm de ser respeitados.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Sottomayor Cardia.

**O Sr. Sottomayor Cardia (PS):** — Sr. Presidente, queria apenas exprimir a minha concordância com aquilo que acaba de ser proposto e dito pelo Sr. Deputado Lopes Cardoso.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado António Capucho.

**O Sr. António Capucho (PSD):** — Sr. Presidente, queria também exprimir a nossa concordância com a posição expressa pelo Sr. Deputado Lopes Cardoso.

**O Sr. Presidente:** — Como não há mais intervenções, e como trabalho preliminar, vou ver se consigo fazer o resumo daquilo que foi aqui decidido por consenso. De resto, esta Comissão tem apenas como função preparar estes temas. E preparar, penso eu, não é adoptar resoluções, desde já, definitivas. São apenas apontamentos que, de algum modo, irão condicionar o processo de actuação na primeira reunião.

Devo informar os Srs. Deputados de que tenho tido o cuidado de ouvir e de trocar impressões acerca desta matéria com o representante do novo partido, partido este que não tem assento nesta Comissão nem na conferência de líderes.

Fica, portanto, estabelecido que na primeira reunião o Sr. Deputado António Capucho fará essa mesma proposta. Isto são apenas os trabalhos preliminares e depois o Plenário decidirá.

Fica ainda estabelecido que o Presidente da Assembleia da República não vai fazer nenhuma convocação, mas sim informar os Srs. Deputados do processo que irá ter lugar. Portanto, é uma questão terminológica.

Penso que, efectivamente, a hora apontada pelo Sr. Deputado João Amaral, 11 horas do terceiro dia, parece ser uma hora razoável, compatível com esses interesses. Disso darei conhecimento, não só pelos meios de comunicação social mas também escrevendo a cada um dos Srs. Deputados.

Quanto à constituição da Comissão e seu processo de actuação, ficaria para ser deliberado nessa primeira reunião. Entretanto, os partidos que aqui estão presentes podem ir já pensando nesse processo e eu informarei, particularmente, o representante do Partido Renovador Democrático da deliberação que aqui foi tomada, para que ele tome a posição que considerar mais conveniente e oportuna em relação aos seus interesses no Plenário.

Penso que só em Plenário se decidirá se será no segundo ou no terceiro dia (ou num outro dia, já que o Plenário é soberano) imediato à verificação de poderes a eleição do Presidente da Mesa e dos demais órgãos, inclusive as respectivas comissões, o que poderá ficar para um dia posterior.

Penso que são estas as conclusões a tirar das intervenções que tive o prazer de ouvir.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sottomayor Cardia.

O Sr. **Sottomayor Cardia** (PS): — Sr. Presidente, queria apenas colocar uma questão decorrente da minha ausência de formação jurídica.

E se o terceiro dia não for um dia útil?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, se for um domingo, passa para uma segunda-feira, e se, porventura, for um dia feriado, passa para o dia seguinte.

O Sr. **Sottomayor Cardia** (PS): — Sr. Presidente, é o entendimento de V. Ex.<sup>a</sup> e, por conseguinte, do Direito?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, penso que, efectivamente, estou a adiantar uma solução ajustada ao Direito.

O Sr. **Sottomayor Cardia** (PS): — Não discordo da solução!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, queria apenas dar uma informação a todos aqueles que não têm vivido os últimos dias de distribuição de espaço no Parlamento.

Tenho tido a pretensão de orientar esses trabalhos no sentido de que todos os partidos, com excepção do MDP/CDE, fiquem à volta do Plenário. É um princípio que tem subordinado o meu processo de actuação.

Um outro princípio que tenho procurado seguir vai no sentido de que a biblioteca fique inteiramente livre, de modo a que fiquem inteiramente justificados os fins da sua própria existência.

Uma outra questão importante é a de que necessitamos de uma sala aonde os Srs. Deputados possam receber as suas visitas, sem que tenham necessidade de andar pelos corredores.

Estes três princípios condicionam a distribuição de espaço pelos partidos. Logo a seguir a esta Comissão Permanente, os representantes dos grupos parlamentares terão de ter a amabilidade de ir ao meu gabinete para tratarmos desta mesma questão.

O Sr. Deputado Secretário Jorge Lemos levantou agora a hipótese de ser necessário haver uma outra reunião da Comissão Permanente.

Julgo que não é necessário, uma vez que já se encontra decidido aquilo que é fundamental quanto aos processos de actuação. Ficámos já inteirados daquilo que se irá processar e realizar logo após a publicitação dos resultados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Corregedor da Fonseca.

O Sr. **João Corregedor da Fonseca** (MDP/CDE): — Sr. Presidente, tenho acompanhado os esforços que o Sr. Presidente tem feito para a melhor distribuição de espaços. De momento, o MDP/CDE viu melhoradas as suas instalações — nomeadamente, dos serviços —, saindo daqueles tabiques incríveis, junto ao Senado, que o Sr. Presidente mandou — e muito bem! — deitar abaixo. Isto não significa, porém, que nós não reivindicamos, na devida altura, uma sala para a Direcção do Grupo Parlamentar poder funcionar junto ao Plenário, no andar nobre. Mas, posteriormente, levantaremos essa questão. Só refiro este problema porque o Sr. Presidente informou os Srs. Deputados de que o MDP/CDE não estaria no andar nobre, junto ao Plenário.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, como não há mais matéria a discutir, dou por encerrada esta reunião.

*Eram 16 horas e 55 minutos.*